

# VINHO, CENTRAIS NUCLEARES E O 250º ANIVERSÁRIO DO DOURO

Tive há dias oportunidade de estar presente numa sessão pública promovida pela Comissão Parlamentar de Economia e Desenvolvimento Rural que decorreu no Solar do Vinho do Porto, aqui em Peso da Régua que contou, também, com a presença do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Agricultura. De importante quanto ao que ali se passou, fica-nos a constatação de que também a nível daquela Comissão existe uma preocupação geral sobre a crise da Viticultura Duriense, facto determinante deste périplo, para os Deputados ouvirem, de todos nós, “o muito que há a fazer na Região”.

Para além dos responsáveis institucionais que intervieram naquela sessão, alguns outros se fizeram ouvir, trazendo ao conhecimento da Comissão um rol de questões de de uma ou de outra forma constituem “estrangulamentos” que se vêm mostrando difíceis de ultrapassar; cada um, à sua maneira, procurou contribuir para a resolução da crise. Sem menosprezo pelo contributo de cada um, ficamos a convicção de que tais reuniões continuam a ser mal preparadas, se é que o são, dando origem a uma dispersão de temas e assuntos abordados, quando o que se requeria, para perfeita elucidação dos Deputados, seria uma abordagem exaustiva e completa de um conjunto limitado dos grandes temas previamente seleccionados. De quanto ali se passou e que em boa parte tive depois oportunidade de ouvir e ler nos meios de comunicação, não pude deixar de reter as declarações da Directora Executiva da Associação de

Empresas de Vinho do Porto, que disse ter trazido “uma nova (?) postura” que se resume em “vender primeiro para saber o que produzir depois” acrescentando ainda, enfaticamente que, “queremos que a Região entenda que se não conseguirmos que o consumidor o beba (ao Vinho do Porto) e se satisfaça com ele, de forma a poder repetir a compra que fez, de facto ficamos com a Região cheia de vinho e isso não é do interesse de ninguém”. O que significa, de concreto, tal declaração, feita, segundo penso, expressamente quanto ao Vinho do Porto, ainda não consegui entender.

Será que os Exportadores, alguns deles com séculos de existência, ainda não sabem hoje aquilo que têm capacidade de vender? Será que eles têm dúvidas de que o consumidor se satisfaça com o produto que, eles próprios, estão a lançar no mercado? Será que a Directora Executiva da Associação de Empresas de Vinho do Porto que nestas andanças já é veterana, “se esqueceu” de que o “benefício” produzido em cada ano, de há décadas (mais de meia dúzia delas), sempre esteve subordinado às perspectivas de negócio indicadas por cada uma das Firms, complementadas com as estatísticas que anualmente são publicadas sobre o estado dos seus stocks?

Quantas mais perguntas se poderiam alinhar com base naquelas declarações da Directora Executiva da AEVP! Desde logo, e com particular incidência, como será possível vender-se hoje, no mercado, ao consumidor final, uma garrafa de um

vinho que (dizemos nós) é único no Mundo, a menos de dois Euros?

O Douro está em crise; mas outras Regiões também. Ainda há dias nos chegaram ecos do que se passa em Bordéus, também ela uma Região Demarcada histórica como a nossa, mergulhada em profunda crise, onde os viticultores, descrentes do que se passa no sector e cansados de esperar, barricaram, com uma parede de tijolo por eles construída durante a noite, a entrada do seu CIVB, organismo máximo da Região, equivalente ao nosso IVDP. E o seu protesto, lá, como cá, é mais que legítimo; argumentam eles, como se

pode conceber que por um litro de vinho produzido o viticultor receba apenas 70 centimos, quando o Estado que nada arrisca arrecada em taxas 53 centimos e a margem dos comerciantes é de 1,19 Euros?

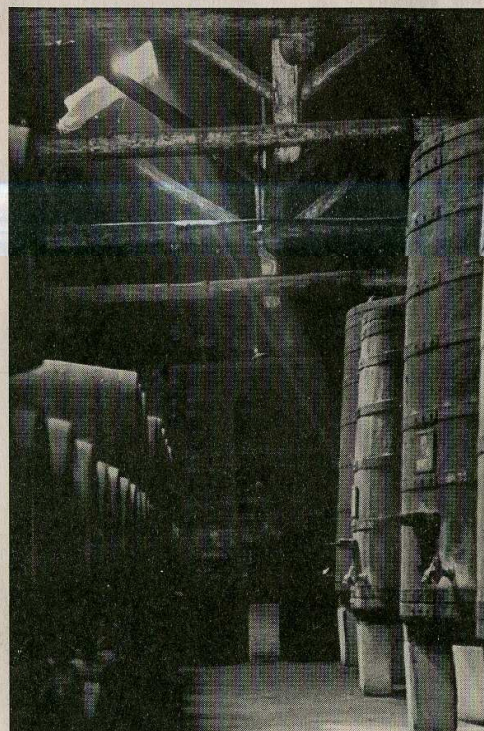
Algo vai mal lá, mas também por cá, na nossa viticultura; por culpas dos viticultores, é certo, mas também por muita ignorância e laxismo dos responsáveis; e o futuro não é animador, mas chega do nosso habitual “choradinho”.... do qual já vamos estando fartos, por infrutífero.

Tive oportunidade, nessa reunião da Comissão Parlamentar de Economia, de levantar duas das que deveriam ser as nossas grandes preocupações: a primeira, relativa ao parecer elaborado por um grupo de trabalho consultado pela Comissão Europeia que defende a alteração das actuais regras de funcionamento do sector vitivinícola na Europa, das quais a primeira será a liberdade do plantio da vinha, cujas consequências

só conheceremos depois da discussão da reforma da OCM em 2006; a segunda, relacionada com declarações do nosso Ministro da Agricultura que na altura e sobre as reformas institucionais que tem em curso, perguntava ao seu entrevistador, porque razão deve o Sector do Vinho ter

regulado dos produtos, sendo necessário pôr em acção muitos mais textos legislativos e regulamentares para produzir vinho, do que para construir uma central nuclear”.

O Douro, a primeira Região Demarcada e Regulamentada do Mundo, não pode deixar



uma organização própria, ao invés de se integrar na dos restantes produtos alimentares. Com tudo isto, que futuro poderemos nós, os viticultores, ambicionar? Para lhes responder não me faltariam argumentos, mas não farei mais, aqui, do que citar D. Denis, jurista francês que há algum tempo, na Revue de Droit Rural afirmava: “o vinho é, provavelmente, o mais

de dar a resposta adequada a tanta insensatez: que ao menos saiba aproveitar a celebração dos 250 anos da sua criação que ocorre em 2006 (Alvará Régio de 10 de Setembro), para promover uma ampla discussão sobre a sua viticultura.

Peso da Régua, 11 de Dezembro de 2005  
Pelo Engº  
António Mesquita Montes